

DOCTRINA E PRINCÍPIOS COOPERATIVISTAS: UM ESTUDO DE CASO NA COOPERATIVA MAXI MUNDI

Paola Silva¹, Rumening Abrantes², Aladenisa C. de Oliveira³

Este trabalho tem por objetivo principal a análise da consideração dos Princípios Cooperativistas, da Doutrina Cooperativista e do Ato Cooperativo por parte dos cooperados e gestores da Cooperativa Maxi Mundi - Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis e Trabalhadores em Aterros Sanitários - bem como avaliar a forma como se efetiva a autogestão, a educação e a comunicação na cooperativa. Com relação à metodologia, utilizou-se o método dialético e como técnica de pesquisa as entrevistas estruturadas e não estruturadas, aplicada pelos acadêmicos do Curso de Tecnólogo em Gestão de Cooperativas da UFT, campus de Araguaína, aos gestores cooperados da Cooperativa Maxi Mundi. Como resultado verificou-se que uma das maiores deficiências da cooperativa está no não conhecimento dos direitos e deveres dos cooperados e do gestor, ou seja, do Ato Cooperativo e dos Princípios Cooperativistas, além da gestão equivocada.

Palavras-Chave: Autogestão. Educação. Princípios Cooperativistas.

This research aims to analyze the Cooperative Principles, Cooperative doctrine and the Cooperative Act consideration on the part of cooperative members and managers of Cooperatives Maxi Mundi- Recyclable Materials Scavenger Cooperative and Workers in landfills - as well as assess how effective self-management, education and communication in cooperative. With regard to methodology, it was used the dialectical method and search technique as structured and unstructured interviews, applied by scholars of UFT Technologist course in cooperatives management, *campus* of Araguaína, to the co-op managers of Cooperative Maxi Mundi. As a result it was found that one of the biggest cooperative shortcomings is in the rights and obligations lack of knowledge of cooperative members and Manager, i.e. Cooperative Act and the Cooperative Principles, apart from misguided management.

Keywords: Self-management. Education. Cooperative Principles.

¹ Bacharel em Administração com Especialização em Gestão em Agronegócios e Mestrado em Desenvolvimento Regional. Professora do Curso de Gestão e Negócios - Área Cooperativismo da Universidade Federal do Tocantins - UFT e do Curso de Administração do ITPAC. Email: patocantins@hotmail.com.

² Bacharel em Administração com Habilitação em Administração de Cooperativas e Mestrado em Administração. Professor e Coordenador do Curso de Gestão de Cooperativas da Universidade Federal do Tocantins - UFT.

³ Acadêmica do Curso de Gestão e Negócios - Área Cooperativismo da Universidade Federal do Tocantins - UFT.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo principal analisar o reconhecimento dos Princípios Cooperativistas, da Doutrina Cooperativista e do Ato Cooperativo por parte dos cooperados e gestores da Cooperativa Maxi Mundi - Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis e Trabalhadores em Aterros Sanitários - bem como analisar a forma como se concretiza a autogestão, a educação e a comunicação na cooperativa. A não observação desses itens interfere nas ações da cooperativa, podendo comprometer suas atividades no momento em que a gestão não participa do desenvolvimento das atividades de forma solidária. Isso afeta o desenvolvimento da autogestão.

Sendo os Atos Cooperativos aqueles praticados pela cooperativa e seus associados e entre os associados e a cooperativa através da relação econômica e pelas cooperativas entre si quando associadas, para consecução dos objetivos sociais, não impostos sobre a transação comercial, estes estão atrelados aos Princípios Cooperativistas, os quais são formados por um conjunto de regras que normatizam toda a ação jurídica. Já, a Autogestão representa o gerenciamento coletivo de um empreendimento, no qual cada associado participa dos lucros ou das perdas e tem voz deliberativa através do seu voto; a Comunicação é a base de qualquer sistema cooperativo, pois através dela é possível promover a interação da cooperativa com os cooperados. Assim, a Doutrina Cooperativista - valores, princípios e identidade do cooperativismo - é representada pela cooperação e a necessidade de agregação e está embutida nos Princípios Cooperativistas e no próprio Ato Cooperativo, havendo assim, a necessidade de disseminá-la através da educação cooperativista.

A importância deste trabalho se dá pela necessidade de aproximação dos acadêmicos do Curso Tecnólogo de Gestão em Cooperativismo da UFT, campus de Araguaína/TO com a realidade da cooperativa, assim como, pela carência desconhecimento sobre a Doutrina Cooperativista por parte dos Cooperados e dos gestores, pois a mesma deve ser difundida através da educação cooperativista, sendo o diálogo um

dos instrumentos de aproximação entre cooperados e gestores.

Com relação à metodologia, utilizou-se o método dialético, que concebe o mundo como um conjunto de processos que passam por uma mudança ininterrupta. Também a dialética afirma que as coisas não existem isoladas, mas como um todo unido, coerente. Todos esses aspectos da realidade permitem avaliar uma situação, um acontecimento, uma tarefa, uma coisa, do ponto de vista das condições que o determinam e, assim, os explicam.

A técnica de pesquisa utilizada foi a entrevista estruturada e não estruturada, aplicada pelos acadêmicos do Curso de Tecnólogo em Gestão de Cooperativas da UFT, campus de Araguaína, aos gestores cooperados da Cooperativa Maxi Mundi. Da mesma forma foi utilizada a pesquisa bibliográfica, a fim de atribuir fundamentação teórica ao trabalho.

Assim, o primeiro capítulo apresenta conceitos relacionados ao Cooperativismo, o segundo capítulo, dados relativos à Cooperativa Maxi Mundi, o terceiro capítulo, o resultado da pesquisa e o quarto capítulo refere-se à proposta de intervenção.

2. O COOPERATIVISMO

O cooperativismo é um movimento social e econômico, entre pessoas que tem um objetivo comum, promover o desenvolvimento econômico e o bem-estar social de todos os envolvidos. Seus fundamentos são: participação democrática, solidariedade, independência e autonomia. O sistema cooperativista é fundamentado na reunião de pessoas, visando atender as necessidades do grupo e não o capital, buscando pela prosperidade do coletivo.

O cooperativismo, mais do que nunca, se torna uma força viva e, por sinal, apesar de parecer estar em crise, o cooperativismo assim não está. Está em crise o cooperativismo chamado empresarial. Mas o cooperativismo surgido das bases, das entranhas do povo, este está florescendo. Pode-se dizer que o cooperativismo é fruto das grandes crises e das necessidades da população (PERIUS, 2001, p. 281).

2.1 Definição de Cooperativa

Cooperativa é uma sociedade de pessoas com o mesmo ramo de atuação e interesses em comum, de caráter social que não tem como objetivo o lucro, constituída e dirigida pelos próprios associados, onde todos têm os mesmos direitos e deveres e buscam o desenvolvimento social, cultural e econômico para ambos, privilegiando a ajuda mútua. Cooperativa é uma forma de organização de empresas em que as pessoas agrupadas que a constituem são absolutamente iguais e, por uma ação conjunta, tentam resolver uma necessidade (PERIUS, 2001, p. 281). As sociedades cooperativas têm como valores a ajuda mútua e responsabilidade, democracia, igualdade, equidade, solidariedade, honestidade, transparência e responsabilidade social.

2.2 A História do Cooperativismo

O cooperativismo surgiu como forma de amenizar os problemas provocados pela Revolução Industrial, como o desemprego, devido à emigração dos camponeses para as cidades em busca de melhores condições de vida. As péssimas condições de trabalho que geraram doenças e descontentamento nas pessoas e ainda salários desumanos que não proporcionavam nem as condições mínimas de uma vida decente.

A evolução do cooperativismo acompanha as fases das revoluções industriais: a primeira começou no Século XVIII, caracterizada por novas tecnologias como a máquina a vapor, a fiadeira e, de forma mais geral, a substituição das ferramentas manuais pelas máquinas; a segunda, aproximadamente 100 anos depois, destacou-se pelo desenvolvimento da eletricidade, do motor de combustão interno, de produtos químicos com base científica, da difusão do telégrafo e da invenção do telefone; a terceira, no curso no Século XX, marcada pela difusão da energia atômica, engenharia automotiva e, mais recentemente, da tecnologia da informação, esta última, potencialmente, trazendo uma nova fase para o desenvolvimento econômico global (Sapovicis e Souza, (2002) apud ARRUDA, 1988, p. 20).

Percebe-se ainda que:

A exploração do trabalho nas fábricas, no período, não tinha limites, agravando o

estado de extrema miséria dos operários. Começam a surgir grupos de ajuda mútua, com o objetivo único de auxiliar os que viessem a cair doentes, estivessem na indigência ou passassem necessidade (SAPOVICIS e SOUZA, 2002, p.02).

Durante décadas vários grupos se organizaram com características de cooperativas. Os movimentos de cooperação foram conduzidos pelos idealistas como Robert Owen, Louis Blanc, Charles Fourier e outros, que acreditavam nas ideias de igualdade, ajuda mútua, autogestão e associativismo.

A primeira cooperativa surgiu em 21 de dezembro de 1844 no bairro de Rochdale em Manchester na Inglaterra. Com um capital inicial de 28 libras, 28 tecelões fundaram a Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale, uma cooperativa de Consumo.

2.3 Definição de Ato Cooperativo e Ato não Cooperativo

Atos cooperativos são aqueles realizados entre a cooperativa e seus cooperados, para a realização dos objetivos sociais, como por exemplo: o cooperado entrega o seu produto à cooperativa para comercialização, e a cooperativa repassa ao cooperado os valores efetuados.

A Lei 5.764/ 71 no seu Art. 79 prevê:

Denominam-se atos cooperativos os praticados entre as cooperativas e seus associados, entre estes e aquelas e pelas cooperativas entre si quando associadas, para a consecução dos objetivos sociais.

Parágrafo único - O ato cooperativo não implica operação de mercado, nem contrato de compra e venda de produto ou mercadoria (KRUEGER e MIRANDA, (Coord.), 2007, p. 349).

Atos não cooperativos são aqueles realizados com terceiros, que não são associados, cuja prática é permitida pela legislação, a exemplo das aplicações financeiras realizadas pela cooperativa.

2.4 Princípios Cooperativistas

Em setembro de 1995, em Manchester na Inglaterra, em um congresso realizado pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI) foram

estabelecidos os princípios Cooperativistas e suas definições:

1. Adesão Livre e Voluntária – todas as pessoas que estejam aptas a utilizarem os serviços da cooperativa, e dispostas a assumirem responsabilidades como membros, são livres para ingressar na cooperativa, sem qualquer tipo de discriminação.

2. Gestão Democrática – as cooperativas são organizações democráticas controladas por todos os seus cooperados que participam ativamente na formulação de políticas e na tomada de decisões. Os eleitos são responsáveis para com os demais sócios, e cada cooperado tem direito a um voto.

3. Participação Econômica dos Sócios – Os membros contribuem equitativamente para o capital da cooperativa e controlam-no democraticamente (Gestão Democrática). Se a cooperativa obtiver receitas maiores que as despesas estas também serão divididas equitativamente aos associados, proporcionalmente ao trabalho investido ou à utilização dos serviços da cooperativa. O restante das sobras deve ser decidido em assembleia, podendo ser reinvestido na cooperativa.

4. Autonomia e Independência – as cooperativas são instituições autônomas, controladas por todos os seus membros, buscando atuar com a ajuda mútua e a gestão democrática.

5. Educação, formação e informação – as cooperativas promovem a educação, formação e informação dos seus cooperados, dirigentes e colaboradores, buscando o desenvolvimento conjunto. Informando ao público em geral, principalmente aos jovens e aos formadores de opinião, as vantagens da cooperação.

6. Intercooperação – este princípio aborda a necessidade de haver a intercooperação entre cooperativas, as quais realizam troca de informações e experiências através de compras e/ou vendas em comum com a intenção de fortalecer o Movimento Cooperativo.

7. Preocupação com a Comunidade – as cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentável de suas comunidades, por meio de políticas aprovadas pelos membros. (VALADARES, 2002a)

Tabela 1. Princípios Cooperativistas

PRINCÍPIOS COOPERATIVISTAS			
Estatuto de 1844 (Rochdale)	Congressos da Aliança Cooperativa Internacional		
	1937 (Paris)	1966 (Viena)	1995 (Manchester)
1. Adesão Livre 2. Gestão Democrática 3. Retorno Pro Ratas das Operações 4. Juro limitado ao Capital investido 5. Vendas a dinheiro 6. Educação dos Membros 7. Cooperativização Global	a) Princípios Essenciais de Fidelidade aos Pioneiros 1. Adesão aberta 2. Controle ou Gestão Democrática 3. Retorno Pro Ratas das Operações 4. Juros Limitados ao Capital b) Métodos Essenciais de ação e Organização 5. Compras e Vendas à Vista 6. Promoção da Educação 7. Neutralidade Política e Religiosa.	1. Adesão Livre (inclusive neutralidade política, religiosa, racional e social) 2. Gestão Democrática 3. Distribuição das Sobras: a) ao desenvolvimento da cooperativa; b) aos serviços comuns; c) aos associados prorata das operações 4. Taxa Limitada de juros ao Capital Social 5. Constituição de um Fundo para a Associação e do público em Geral 6. Ativa Cooperação entre as Cooperativas em âmbito local, nacional e internacional	1. Adesão Voluntária e Livre 2. Gestão Democrática 3. Participação Econômica dos Sócios 4. Autonomia e Independência 5. Educação, Formação e Informação 6. Intercooperação 7. Preocupação com a Comunidade.

Fonte: Schneider (1999), Crúzio (2002), Pereira (2002).

2.5 Educação Cooperativista

A educação cooperativista desenvolve-se peculiarmente nas construções de laços

cooperativos em sua forma de viver e de agir, visando alcançar a eficácia da organização através da educação formal que trazem características escolares, da educação informal que desenvolve-se no âmbito familiar, da educação profissional que relaciona-se ao aprendizado técnico no espaço de trabalho para o desempenho de suas atividades e da educação política que volta-se tanto dentro como fora do ambiente de trabalho.

A educação para a cooperação e para a autogestão é necessária para formar as pessoas envolvidas em empreendimentos solidários, a compreender sua empresa e administrá-la adequadamente. Não se pode entrar numa cooperativa com uma mentalidade capitalista. Seria o mesmo que dar continuidade ao projeto capitalista (GADOTTI, 2009, p. 35).

Promover a educação cooperativista é de suma importância, porque é formando e capacitando os cooperados e os colaboradores que se fortalece a idéia do cooperativismo e também a cooperativa, fazendo com que os cooperados, os colaboradores e a cooperativa cresçam juntos.

2.6 Comunicação

A comunicação cooperativista concentra-se em ser ferramenta indispensável, a qual forma a educação cooperativista, pois para se obter uma boa educação é necessário ter uma eficiente comunicação, não sendo possível o bom direcionamento da cooperativa sem o desempenho da mesma, na ânsia de alcançar os seus públicos, para a atuação equilibrada da gestão social e empresarial da organização.

2.7 Autogestão

Para (PERIUS, 2001) autogestão é uma forma de gestão de empresa privilegiando o fator trabalho sobre o capital, apropriando ao trabalhador o produto de seu trabalho e garantindo a participação democrática.

Segundo Gadotti (2009, apud Xavier (2008), p. 19):

O que defini a autogestão são as relações sociais democráticas, coletivas e igualitárias, que fazem da produção associada mais do que uma organização econômica, na medida em que se

configura em um espaço privilegiado para a experimentação social e a realização de ações pedagógicas no campo político e cultural. As sociedades cooperativas são empresas geridas pelos seus próprios cooperados, denominado o sistema de autogestão onde todos têm os mesmos direitos, deveres e são responsáveis pelas atividades desenvolvidas da cooperativa. As cooperativas obedecem ao estatuto que foi constituído e aprovado pelos seus participantes, que regulamenta os procedimentos, as ações e as atividades. Os associados elegem seus dirigentes para executar as atividades, mas a decisões são tomadas através de votação nas reuniões chamadas de assembléias, onde cada membro tem direito a um voto. Pode-se concluir que as sociedades autogeridas são caracterizadas pelas decisões que são tomadas coletivamente, daí a necessidade da cooperativa promover a formação dos seus cooperados, para que estes possam geri-la adequadamente.

3. A COOPERATIVA MAXI MUNDI

A MAXI MUNDI é uma sociedade cooperativa dos catadores de materiais recicláveis e trabalhadores em aterros sanitários cuja atividade principal é o comércio atacadista de resíduos e sucatas, papel, papelão, tratamento e disposição de resíduos. Foi constituída no dia 13/10/2009 e está localizada na cidade de Araguaína-TO.

3.1 Análise e Interpretação dos Dados Coletados

A cooperativa na qual se realizou a pesquisa possui um total de 130 (cento e trinta) cooperados, mas apenas 25 estão em atividade e, destes uma média de 20 cooperados realiza o trabalho de coleta e entrega, e os demais, prensam, separam e descarregam os caminhões de resíduos recicláveis. A mesma não possui nenhum funcionário contratado, todas as atividades são feitas pelos próprios cooperados.

Esse empreendimento "solidário" é administrado por um conselho diretor, composto por: presidente, vice-presidente e secretário e fiscalizado por um Conselho Fiscal. Possui uma infraestrutura com galpão, empilhadeira, prensas, moedor de vidros, moedor de plásticos e

equipamentos de escritório, obtidos através de doações do Governo Federal e municipal. Os cooperados produzem 150 toneladas/mês de material reciclado, com uma rentabilidade de apenas R\$ 15.000,00 desconsiderando a sazonalidade. O pagamento acontece de duas maneiras: por produção e mensalmente; os que coletam e levam até a cooperativa são remunerados pela produção e os que fazem o trabalho de separação, prensagem, dentre outros, são remunerados considerando os dias trabalhados/mensalmente.

Essa pesquisa foi aplicada com nove cooperados: membro da diretoria, membro do Conselho Fiscal e cooperados sem cargos eletivos. Foram elaboradas sete questões fechadas, como segue:

- 1) O processo de adesão a essa cooperativa ocorre de maneira livre e voluntária?
- 2) A gestão da cooperativa é livre e democrática, onde todos os membros participam na criação de políticas e tomadas de decisões?
- 3) Há a participação econômica dos associados com a cooperativa?
- 4) A cooperativa tem autonomia e independência?
- 5) Existe a promoção da educação, formação e informação para os associados?
- 6) Acontece a intercooperação nesta cooperativa?
- 7) A cooperativa contribui para o desenvolvimento econômico, cultural ou social da comunidade na qual está inserida?

2.1.1) Questão 1: O processo de adesão nessa cooperativa ocorre de maneira livre e voluntária?

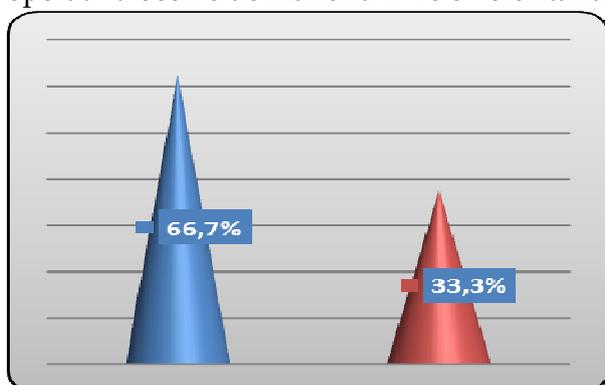


Gráfico 1. Adesão livre e voluntária

O resultado demonstrado no Gráfico 1 mostra que 66,7% dos cooperados acreditam que o processo de adesão acontece de forma livre e voluntária e 33,3% dizem que não. Percebeu-se durante a entrevista a insatisfação de alguns associados em pertencer à cooperativa e o desejo de pedir sua demissão, e não sabendo como fazê-la perguntaram a um dos pesquisadores como se daria esse processo. Apesar de a adesão ser livre e voluntária, alguns cooperados estão “presos” em função a uma baixa remuneração já que acreditam não possuírem outra alternativa de trabalho.

2.1.2) Questão 2: A gestão da cooperativa é livre e democrática, onde todos os membros participam na criação de políticas e tomadas de decisões?

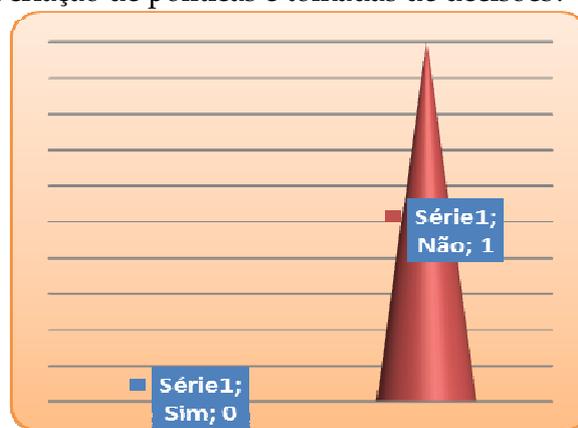


Gráfico 2. Gestão democrática e livre

Todos os associados responderam que não há gestão democrática e livre na cooperativa, como demonstra o Gráfico 2, porém as decisões são tomadas por um pequeno grupo, pelos seguintes motivos: primeiro, são tomadas decisões importantes em gabinete que deveriam ser do conhecimento dos demais e segundo, poucos associados participam das Assembleias Gerais ordinárias e extraordinárias segundo informação do próprio presidente da cooperativa.

Notou-se que a gestão da cooperativa acontece de maneira autoritária como numa sociedade capitalista, onde os diretores assumem uma postura de “chefia”, sendo os demais cooperados seus subordinados; e os mesmos por desconhecerem a doutrina cooperativista aceitam e pensam ser realmente empregados e não associados ou donos da cooperativa.

2.1.3) Questão 3: Há a participação econômica dos associados com a cooperativa?

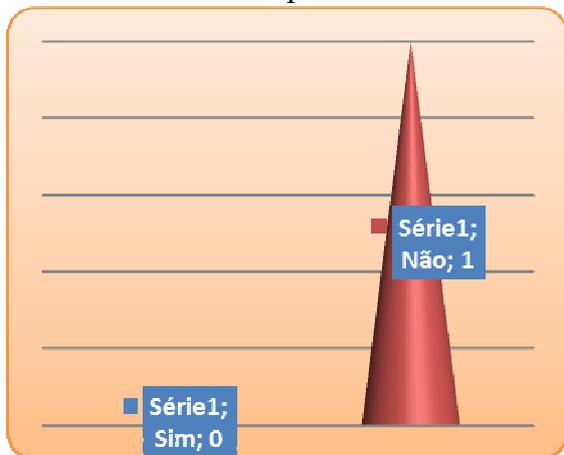


Gráfico 3. Participação econômica dos associados

O Gráfico 3 mostra a opinião dos cooperados em relação a participação econômica dos associados, que foram unânimes afirmando que não acontece a participação, mas ficou evidente que acontece quando os mesmos realizam suas atividades. O associado para ser integrante da cooperativa não necessita integralizar a cota-parte, portanto não há participação econômica ao ingressar na cooperativa, mas incide participação no exercício de suas atividades, pois a cooperativa recolhe uma taxa de todo o material reciclável coletado pelos cooperados.

Os associados que atuam na coleta dos materiais, “vendem” (termo usado pelos diretores) esse material para cooperativa e a mesma comercializa por um preço maior. Já, os que trabalham internamente, na separação, prensa de materiais, dentre outras atividades, recebem o seu pagamento de acordo com o rendimento da cooperativa naquele período, que varia de R\$ 300,00 a R\$ 600,00. Segundo informação repassada por um integrante da diretoria, às vezes os cooperados não são remunerados pelo fato da cooperativa não ter renda suficiente nem para cobrir suas despesas de funcionamento, e quando existem sobras, estas não são distribuídas e sim utilizadas apenas para manutenção da cooperativa.

2.1.4) Questão 4: A cooperativa tem autonomia e independência?

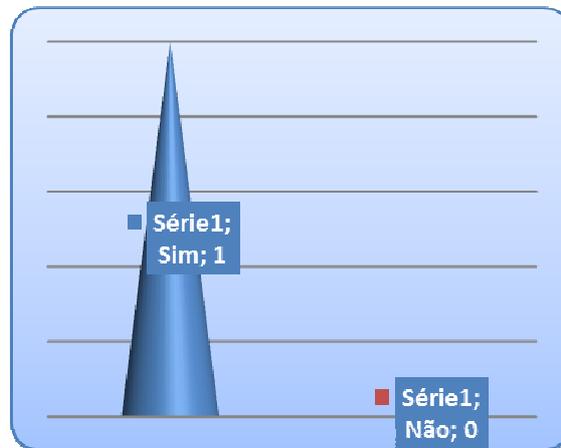


Gráfico 4. Autonomia e independência

A totalidade dos entrevistados respondeu que a organização cooperativa segue o princípio da autonomia e independência. Evidenciaram que este é o princípio onde a cooperativa mais se aproxima dos ideais cooperativistas, através de parcerias com algumas entidades e com o Governo Federal e municipal, contudo deixa intacta a sua autonomia tomando suas próprias decisões. Decisões que não têm influência externa segundo eles, mas tomadas por um pequeno grupo como citado anteriormente.

2.1.5) Existem a promoção da educação, formação e informação para os associados?

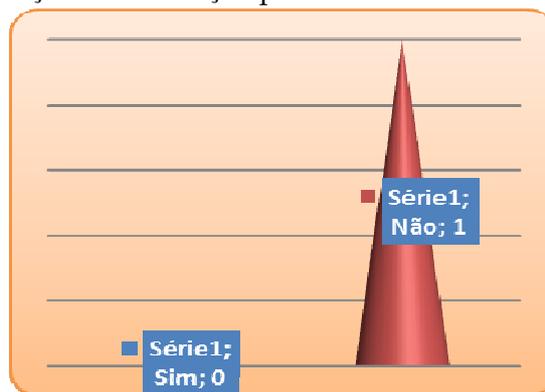


Gráfico 5. Educação, formação e informação.

O mais importante de todos os princípios está representado no Gráfico 5, pois todos os outros dependem dele para o bom funcionamento da cooperativa ou para o fortalecimento do cooperativismo. E por unanimidade nas respostas,

os entrevistados disseram que não existe educação, formação e informação. No que se refere à educação e formação, estas não se constituem como ações prioritárias para a cooperativa; e em se tratando de informação, é ainda mais agravante, pois transparência na gestão do empreendimento ainda é pequena. Da mesma forma, a documentação, como atas, o Estatuto e demais livros obrigatórios não se encontram na sede da cooperativa, dificultando o acesso a esses. Esse princípio não sendo seguido compromete todos os outros. Eis um dos principais motivos do mau funcionamento da cooperativa.

2.1.6) Questão 6: Acontece a intercooperação nesta cooperativa?

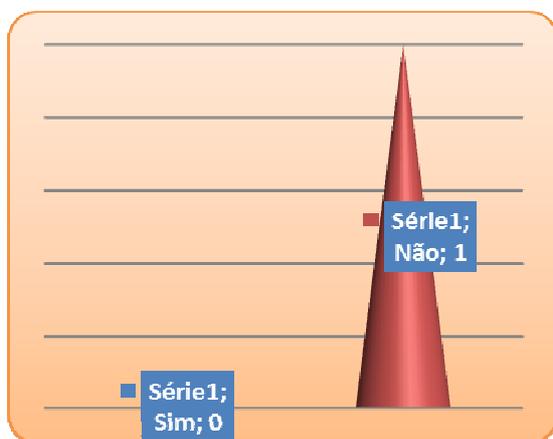


Gráfico 6. Intercooperação.

A intercooperação no julgamento de todos os associados entrevistados inexistente, porém as respostas são de pessoas que desconhecem a doutrina cooperativista e torna difícil um resultado exato, mas através de visitas realizadas no local constatou-se que a cooperativa mesmo que involuntariamente faz transações com outras caracterizando-as como intercooperação, fato que ocorre frequentemente, pois existem outras cooperativas do mesmo ramo e mesma atividade que vendem materiais recicláveis para a mesma.

2.1.7) A cooperativa contribui para o desenvolvimento econômico, cultural ou social da comunidade na qual está inserida?

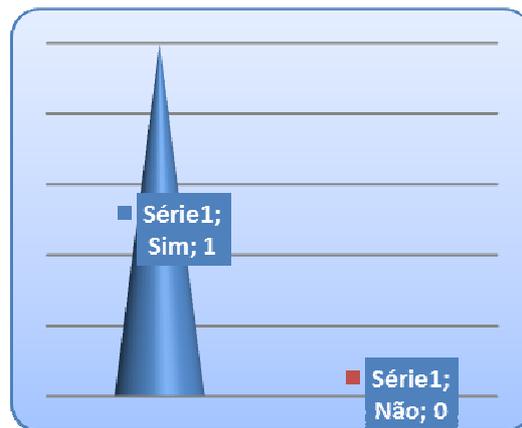


Gráfico 7. Interesse pela comunidade.

O interesse pela comunidade é o sétimo princípio do cooperativismo, todavia não é prioridade por boa parte das cooperativas, às vezes por falta de recursos para este fim como é o caso das cooperativas populares. E esta na qual se realizou o estudo, destaca-se pelo interesse para com comunidade local, segundo opinião de todos os associados consultados; pois argumentam que a cooperativa em parceria com o Governo Federal construiu uma creche para a comunidade. No entanto, além desta, não se tem relatos de outra ação de desenvolvimento econômico, cultural, nem social.

É importante salientar que esta cooperativa é constituída por pessoas na maioria analfabetas ou semianalfabetas e que desconhecem a doutrina que norteia o cooperativismo. Mas são firmes ao afirmar que a gestão do empreendimento precisa ser revista e polida, entretanto apesar dos desandes demonstram orgulho do trabalho que realizam.

Com base nos dados coletados, através das entrevistas estruturadas e não estruturada, constatou-se com relação à observação aos Princípios Cooperativistas, que a Cooperativa Maxi Mundi tem um longo caminho a percorrer já que não os aplica, perdendo a oportunidade de crescimento e desenvolvimento coletivo.

3. PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Após a análise do resultado das entrevistas aplicadas aos cooperados e aos gestores, constatou-se que uma das maiores deficiências da cooperativa está no não conhecimento dos direitos

e deveres dos cooperados e do gestor, ou seja, do Ato Cooperativo e dos Princípios Cooperativistas, além da gestão equivocada.

Assim, a proposta de intervenção dar-se-á na forma de palestra, oferecida aos gestores e aos cooperados da Cooperativa Maxi Mundi, atendendo à disponibilidade das partes envolvidas (cooperados, gestores e acadêmicos). A palestra deverá ter duração entre uma e uma hora e meia, abordando os temas: Princípios Básicos do Cooperativismo, Ato Cooperativo, Doutrina Cooperativa, Autogestão, Educação e Comunicação. Os recursos materiais a serem utilizados serão: um data-show, um computador portátil, uma caixa de som amplificada e um microfone.

Quanto ao desenvolvimento da palestra, primeiramente planejou-se uma dinâmica a fim de descontrair e deixar os participantes mais a vontade, na sequência, a explanação do conteúdo teórico, além da apresentação de exemplos práticos. Ao final da palestra será exposto um vídeo motivacional seguido de um *coffee break*.

Da mesma forma, serão oferecidos panfletos informativos para melhor compreensão, por parte dos cooperados, dos temas abordados. Estes panfletos serão elaborados da maneira mais clara e objetiva possível, para chamar a atenção, sendo adaptados ao grau de escolaridade dos leitores. Este será ilustrado, para que seja mais atraente.

4. CONCLUSÃO

Neste trabalho identificou-se que os cooperados são pessoas simples, com pouco grau de instrução e possuem como única fonte de renda: o trabalho na cooperativa. Falta comunicação entre gestores e cooperados, o que é comprovado pela falta de acesso dos cooperados aos documentos e Estatuto da cooperativa.

A maior parte dos cooperados afirma ter recebido capacitação prévia sobre o cooperativismo, mas que não há capacitação contínua. Informaram, ainda, que a gestão da cooperativa não é livre nem democrática, nem participativa na tomada das decisões. Há pouco embasamento teórico no que se refere às práticas cooperativistas. Foi identificada a existência de intercooperação mesmo que involuntária, devido

o espaço físico ser compartilhado por outras três associações.

Como medida de intervenção, que propicie um despertar e conscientização para a doutrina cooperativista, os acadêmicos propuseram uma palestra sobre os Princípios Básicos do Cooperativismo, direitos e deveres dos associados e dos gestores através da distribuição de panfletos informativos confeccionados pelos próprios acadêmicos.

5. REFERÊNCIAS

- CRÚZIO, H, O. Como organizar e administrar uma cooperativa. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- GADOTTI, Moacir. EdL Economia Solidaria Como Praxix Pedagógica. Editora e Livraria Instituto Paulo Freire. São Paulo, 2009.
- KRUEGER, Guilherme; MIRANDA, André Branco de. Comentários à legislação das sociedades cooperativas - Tomo I. Belo Horizonte: Mandamentos, 2007.
- PEREIRA, José Roberto. Cooperativas Agroindustriais e pequenos produtores: velhos dilemas e novos contextos. In: BRAGA, Marcelo José; REIS, Brício dos Santos (Org). Agronegócio cooperativo: reestruturação e estratégias. Viçosa: UFV/DER, 2002. p. 119-139.
- PERIUS, Vergílio Frederico. Cooperativismo e lei. São Leopoldo: Unisinos, 2001.
- SAPOVICIS, R.T.; SOUZA, M.T.S; Gestão social e democrática em cooperativas de trabalho: um estudo de caso na cooperdata processamento de dados. Enanpad, 2002.
- SCHNEIDER, José. Odelso. Democracia, participação e autonomia cooperativa. 2. ed. São Leopoldo: Unisinos, 1999.
- VALADARES, José Horta. Moderna administração de cooperativas. Belo Horizonte, maio 2002a. (Apostila FORMACOOOP - Mód.II - SESCOOP/BA, realizado em nov. 2004).